



Jornal FNE Edição 59 – Abril/07

Muitos planos pela frente

Neste mês, tem início a gestão 2007-2010 da FNE, com a posse da diretoria marcada para o dia 4 em cerimônia no Congresso Nacional. Engenheiro traz uma entrevista com o presidente da entidade, Murilo Celso de Campos Pinheiro, que foi reconduzido ao cargo para um segundo mandato. Ele fala sobre os planos para o próximo triênio, que incluem o fortalecimento da ação sindical e também a continuidade do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, grande bandeira de luta da federação.

Em matéria de capa, um alerta sobre o risco de o Brasil perder sua posição vantajosa em relação à produção de etanol, caso não adote um plano estratégico para o combustível, evite a desnacionalização de usinas e plantações.

Na linha dos problemas ambientais, uma pesquisa da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) mostra com precisão a devastação no cerrado brasileiro. Mais que apontar o problema, o estudo visa propor soluções para aumentar a produtividade e preservar as áreas ainda intactas. Um bom exemplo de enfrentamento do dilema entre desenvolvimento e preservação.

Patrono da engenharia de segurança do trabalho, o general Luiz Faro conta em entrevista sua trajetória e a história da regulamentação da profissão. Ainda nesta edição, estudo demonstra que a falta de reajuste nas alíquotas do Imposto de Renda vem corroendo o poder aquisitivo do trabalhador. E mais, o que acontece nos estados.

Boa leitura.

OPINIÃO

A engenharia tem acompanhado o homem através da história, na medida em que esse procura dominar as forças da natureza ou modificar o meio ambiente, buscando satisfazer as suas necessidades de abrigo, mobilidade, comunicação, alimentação, energia, educação, saúde e lazer.

Nesse contexto, o profissional da área tecnológica (de diferentes modalidades de engenharia, bem como geólogos, geógrafos, arquitetos, meteorologistas e tecnólogos), a partir de sua formação fundamentada em conhecimentos científicos e visão analítico-criativa, tem atuado nos mais diversos segmentos do sistema produtivo e nas atividades humanas básicas.

O curso da história se reproduz. Nenhum ramo das atividades modernas prescinde dos trabalhos de engenharia, pois todos estão cada vez mais dependentes de novas tecnologias. Além do aspecto técnico, a engenharia tem papel preponderante na vida política, econômica e social de um país. Tem potencialidade para orientar a sociedade sobre as prioridades dos investimentos públicos, definir estratégias para a exploração racional de riquezas naturais, sem prejuízo para o meio ambiente, e auxiliar na definição de políticas claras e fundamentadas em estudos e diagnósticos.

Mesmo diante do quadro apresentado, no Brasil, vivenciamos um grande antagonismo: a tecnologia é fundamental no seu processo de desenvolvimento, crescimento e transformação, mesmo assim, os profissionais da área tecnológica estão sujeitos à estagnação, à atrofia de seu papel na sociedade e à migração para o exterior, fruto do baixo incremento da força produtiva, do mercado de trabalho e da desvalorização do trabalho profissional.

Em virtude das perdas consideráveis e progressivas para os profissionais e para a própria tecnologia brasileira, posicionamentos inovadores estão emergindo. Como exemplo concreto, podemos citar a iniciativa da FNE e de seus sindicatos associados através do lançamento do manifesto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, que tem como mérito resgatar o papel histórico e vitorioso que a engenharia sempre desempenhou no Brasil.

Nesse processo, os sindicatos precisam incorporar novas atitudes, saindo das relações puramente trabalhistas e de mercado de trabalho para defender posições políticas que interessem à categoria, mas também à sociedade como um todo. Essa é a prioridade do projeto de desenvolvimento para o Brasil proposto pela federação.

Outras questões podem ser abraçadas pelos sindicatos, como melhoria de vida da população, através do acesso aos serviços básicos (habitação, saneamento etc.), ao mesmo tempo em que luta pela participação da categoria na prestação e assistência técnica desses serviços.

O Senge-CE, dentro dessa nova perspectiva, tem como proposta a criação do PAT (Programa de Assistência Técnica), nos moldes do PSF (Programa de Saúde da Família), com a finalidade de inserir, de forma legal, nos diversos municípios brasileiros, através das prefeituras, equipes multiprofissionais da área tecnológica, para promover a assistência técnica e gestão dos

recursos e obras públicas. Agindo dessa forma, estaremos promovendo os profissionais e resgatando seu poder aquisitivo.

Thereza Neumann Santos de Freitas é presidente do Senge-CE e engenheira eletricista, com especialização em segurança do trabalho, gestão pública e gestão de cidades.

CRESCE BRASIL

Com o preço do petróleo batendo mais um recorde, com o barril sendo negociado a US\$ 65,78 no final de março, o álcool tem brilhado como uma alternativa renovável muito atraente. Campeão de produtividade no setor, o Brasil tornou-se o centro das atenções, especialmente depois da visita de George W. Bush para tratar do assunto. No entanto, ainda faltam medidas concretas para se estabelecer um programa estratégico para combustível. O Executivo Federal, estranhamente, dedicou pouquíssimo espaço ao etanol em seu PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). Prevendo investimentos de R\$ 503,9 bilhões, anunciado em 22 de janeiro e composto por cinco projetos de lei e sete medidas provisórias, uma delas já aprovada na Câmara dos Deputados, esse destina apenas R\$ 17,4 bilhões a soluções renováveis entre 2007 e 2010. A parcela que cabe ao etanol é de pouco mais de R\$ 12 bilhões. Menor do que o anúncio de investimentos do setor: “quase US\$ 15 bilhões até a safra 2012/13 para aumentar a produção dos atuais 425 milhões de toneladas de cana para 694 milhões”, segundo escreveu Eduardo Pereira de Carvalho, presidente da Unica (União da Agroindústria Canavieira de São Paulo), em editorial no site da entidade.

Para Osório de Brito, diretor do Instituto Nacional de Eficiência Energética e superintendente da Cogen-RJ (Associação Fluminense de Co-geração de Energia), a ausência no programa deve-se ao fato de os investimentos serem privados. Porém, concorda que é papel do Governo dar as diretrizes ao segmento, via política energética específica, o que “deveria constar no PAC”. Na sua ótica, essa seria essencial inclusive para evitar que possível ampliação da participação nacional no mercado externo não repercuta em elevação de preços internamente. Ele foi o relator de nota técnica sobre a área, preparada para o projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, lançado pela FNE, que reúne as contribuições da categoria a uma plataforma nacional de desenvolvimento com justiça social. Coordenador técnico dos trabalhos feitos por conta da iniciativa, o consultor Carlos Monte critica que o programa tenha relegado a segundo plano as soluções renováveis como um todo.

Em seu documento, os engenheiros apontam que “há enorme potencialidade de expansão da produção de etanol para os mercados interno e externo, podendo o País substituir pelo menos 5% de todo o consumo mundial de gasolina pelo álcool brasileiro”. Também lamenta que “o maior programa global” tenha sido ignorado no PAC, o professor e engenheiro José Walter Bautista Vidal defende veementemente o desenvolvimento e expansão da produção do etanol

e combustíveis limpos, mas em prol dos brasileiros. Para tanto, considera fundamental a criação de um instrumento operativo, uma espécie de “Petrobras para os renováveis”. Segundo informa, o próprio presidente Lula teria concluído que instituir empresa de economia mista para cuidar do segmento seria a solução, ao se reunir com ele há cerca de três meses. A biomassa é nossa.

Entusiasta da questão, Vidal – que coordenou a criação do Proálcool (Programa Nacional do Álcool) em 1975 – chega a sugerir um movimento como o que originou a Petrobras, mas agora com outro mote: “A biomassa é nossa.” Para ele, o Brasil tem sol, água, fronteiras agrícolas e a melhor tecnologia do mundo para produzir álcool em substituição à gasolina e óleos vegetais em lugar do diesel, por exemplo. Porém, a falta de instrumento operativo, insiste, deixa-o vulnerável à especulação e domínio estrangeiros. O especialista ilustra: “Estamos criando empresas com sede nos EUA para controlar a distribuição do etanol. E, com isso, transferindo energia brasileira para controle externo. É um erro.” Não obstante não haver referência direta a isso no protocolo de intenções firmado entre os governos brasileiro e estadunidense, por ocasião da visita do presidente Bush à América Latina, em 8 e 9 de março, ele denuncia: “Não está explícito, mas criaram quatro empresas, uma mundial para tomar conta desse programa. Com isso, esmagam o produtor nacional.” Outro indicativo de que o potencial do País nessa área, cuja tecnologia domina há 30 anos, estaria ameaçado, para o professor, é a “venda de terras para estrangeiros e de usinas de cana-de-açúcar e celulose instaladas”. Ele conclui: “O setor está predestinado a abastecer o mundo. O mercado está aberto para nós. Mas o Governo tem que tomar uma posição e definir estrutura adequada para cuidar do setor de renováveis.”

Professor de pós-graduação em geografia da UFF (Universidade Federal Fluminense), pesquisador do Clacso (Conselho Latino-americano de Ciências Sociais) e do CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), Carlos Walter Porto-Gonçalves concorda com o enfoque dado à questão pelo professor Vidal. E vai mais longe: “Do modo como está, não tem nenhum caráter de projeto energético que tenha a ver com a dimensão da soberania nacional.”

Ele teme ainda que o Brasil se torne um grande canavial. “A energia, que é limpa, permeia o trabalho na questão do aquecimento global, mas ignora implicações sociais na relação com a natureza e geopolíticas.” Em artigo de sua autoria publicado na Folha de S. Paulo, de 14 de março, ele salienta: “Invocar o biocombustível por causa do efeito estufa não nos deve fazer esquecer os enormes danos ecológicos e sociais que as grandes monoculturas têm causado... Sua expansão tem sido acompanhada pelo aumento do desmatamento e violência. O desperdício hídrico é grande, já que cerca de 70% da água da irrigação se perde por evaporação.”

Para Vidal, contudo, o maior risco ambiental é o aquecimento global e a única maneira de impedir seu avanço é substituir os derivados de petróleo por combustíveis vegetais. Além disso, não considera inteligente o Brasil seguir um modelo que não o de diversificação nas plantações. “Culturas complementadas fortalecem a produção.” Ao seu incremento, destaca que ênfase deve ser dada ao pequeno agricultor brasileiro, cabendo ao Estado apoiá-lo, seja no campo tecnológico, seja via mecanismos de financiamento.

ECONOMIA

Inúmeros engenheiros não devem escapar delas e estão sujeitos às injustiças de um sistema que deveria servir para reduzir as desigualdades, mas acaba por concentrar renda. É o que atesta o economista Evilásio Salvador, coordenador de estudos técnicos do Unafisco (Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal): “O papel desse imposto é colaborar com a distribuição de renda, taxando quem ganha mais e beneficiando quem ganha menos com políticas públicas. Hoje acontece o contrário.”

Muitos desses profissionais foram incorporados nos últimos anos à base de arrecadação da Receita Federal – na qual constam hoje 23,5 milhões de cidadãos obrigados a enviar suas declarações de renda até 30 de abril, 9,5 milhões a mais do que em 1996, aponta Salvador. Naquele ano, conforme o economista, era isento da contribuição quem ganhava até nove salários mínimos; em 2005, esse universo encolheu e ficou restrito a quem recebia até 3,88. Hoje, somente quem tem rendimento mensal inferior a R\$ 1.313,69 não é mordido pelo leão. “Se considerarmos que o salário mínimo para suprir as necessidades básicas de uma família de quatro pessoas, de acordo com o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), deveria ser em torno de R\$ 1.600,00, é quase um absurdo”, ressalta o assessor técnico desse órgão, Fausto Augusto Junior. Para ele, a taxa de isenção deveria subir para perto de R\$ 2 mil ou R\$ 2,5 mil – hoje, quem ganha acima de R\$ 2.625,12 enquadra-se na alíquota máxima.

A inversão na lógica do imposto – com expressivo aumento de tributados diretamente – deve-se principalmente ao congelamento da tabela do Imposto de Renda a partir de 1996, cenário que só começou a mudar em 2002, quando houve correção de 17,5%. Em 2005, foi de 10%, e em 2006, 8%. Neste seu segundo mandato, o Governo Lula reajustará a tabela em 4,5% ao ano – compromisso constante do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), de acordo com negociado com as centrais sindicais no ano passado. Embora se garanta, conforme afirma Augusto Junior, um processo de revisão e recuperação da inflação dessa forma, não é suficiente. Isso porque, constata Salvador, “o resíduo anterior fica do mesmo tamanho”. Segundo sua estimativa, seria de 44,04% o reajuste necessário a dar conta do que ficou para trás, considerando o congelamento inclusive no governo passado.

A correção integral da tabela é crucial para que se tenha um Imposto de Renda mais justo e que – a exemplo do que ocorreu ao longo dos oito anos do Governo FHC – os ganhos obtidos com a negociação salarial não acabem sendo corroídos por ele, enfatiza o assessor técnico do Dieese. Sua expectativa é que o resquício seja tratado na discussão sobre reforma tributária, também prevista no PAC. Todavia, alerta o economista do Unafisco, não está claro nesse programa que o tema será debatido na oportunidade. Progressividade e deduções

Além de reaver as perdas com o congelamento da tabela, é preciso reorganizar a lógica das deduções, considera Augusto Junior. Na sua avaliação, tudo o que o Governo teria que prover o cidadão e não o faz deveria ser abatido. Assim, o limite permitido aos gastos com educação precisaria ser ampliado. “Hoje é pequeno. Além disso, deveria ser possível colocar o pagamento de aluguel, já que a garantia de habitação é constitucional”, complementa.

Ambos especialistas consideram ainda fundamental discutir a progressividade do imposto, de modo que seja resgatado o seu papel precípua – distribuir renda – e, portanto, quem ganhe mais pague mais. “Hoje, esse acaba concentrando a arrecadação em especial nos assalariados que recebem de R\$ 1.400,00 a R\$ 3 mil e poucos e naqueles microempresários que são quase autônomos. É preciso rever isso”, destaca Augusto Junior. Para tanto, ele defende que sejam criadas novas alíquotas, além das existentes (15% e 27,5%). Pela proposta, seriam definidas faixas intermediárias a essas ou mesmo outras acima da máxima e abaixo da primeira. Assim, salienta ele, garantiria-se uma estrutura mais justa e a arrecadação do Governo.

No Brasil, conforme ensina, já houve até 15 alíquotas no final da década de 60. Não dá para traçar um paralelo e afirmar que aquela situação era mais adequada ao País, já que o momento era outro, pondera o técnico do Dieese. Mas não há dúvidas de que a fórmula encontrada a partir de 1992 não revelou o melhor dos mundos. “A alíquota é muito alta no início e muito baixa no final”, considera Salvador. Ele compara: “Somente Peru e Barbados têm duas alíquotas. Nos outros países, há oito, nove, dez. O padrão internacional é de um mínimo de 5% e a faixa final de 50%, 55%, 60%.” Para o economista, além da progressividade, é fundamental “levar todos os rendimentos para a tabela do IR”. A referência é à renda de aplicações financeiras, sujeita a tributação exclusiva, e à distribuição de lucros e dividendos dos bancos, isenta desde 1996 do imposto.

SINDICAL

Neste mês de abril, tem início a gestão 2007-2010 da FNE, cuja diretoria foi eleita no VI Conse (Congresso Nacional dos Engenheiros), realizado em São Paulo, em setembro passado. No dia 4, no auditório Nereu Ramos do Congresso Nacional, acontece a posse da equipe (veja lista completa abaixo) que terá à frente por mais um mandato o presidente Murilo Celso de Campos Pinheiro. Preparando-se para dar continuidade ao trabalho iniciado em 2003, ele falou ao Engenheiro sobre os planos para esta segunda etapa, os desafios que a federação deve enfrentar e as oportunidades de atuação que a entidade terá.

Quais os planos para o início da segunda gestão como presidente da FNE?

Felizmente para nós e para os engenheiros do Brasil, a federação vive um momento muito positivo. Assim, trata-se de dar continuidade e aprimorar o que a entidade vem conseguindo realizar. De toda forma, a nossa equipe vai trabalhar guiada pelo programa que foi eleito no último congresso da categoria. Ele inclui o fortalecimento da ação sindical, na luta em defesa dos profissionais, sempre em parceria com os sindicatos dos engenheiros, que conhecem a realidade dos seus representados em cada estado. Ainda na defesa dos interesses desses, um ponto importante é o acompanhamento atento a medidas que tenham origem no Legislativo,

no Executivo ou no Judiciário e que lhes digam respeito direta e indiretamente. A idéia é agir prontamente, seja para questionar, denunciar ou apoiar, caso a categoria assim entenda. Outro ponto importante tem interface com o Sistema Confea/Creas, responsável pela fiscalização do exercício ilegal da profissão, o que é crucial não só para os engenheiros, mas para a sociedade. Um item que merece destaque é a criação do Conselho “Cresce Brasil”, composto por profissionais notáveis em cada setor da engenharia. Aprovado em assembléia da entidade, o objetivo é dar continuidade à discussão oriunda da série de eventos que integraram o projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”. Vamos realizar novos seminários temáticos, abordando inclusive outros assuntos de interesse da área tecnológica, como segurança e meio ambiente do trabalho, que não foram tratados nos eventos de 2006.

O projeto “Cresce Brasil” deve, portanto, continuar a ter destaque na agenda da FNE?

Sem dúvida. O “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, como o nome indica, é a grande contribuição da nossa entidade à retomada do crescimento econômico, da maneira que os engenheiros acreditam que deve ser: sustentável e com inclusão social. Ao longo de 2006, nos dedicamos a debater esse tema com milhares de profissionais de todo o País, além de acadêmicos, parlamentares, autoridades governamentais, até concluir o nosso manifesto. Esse esforço demonstrou que há muito o que ser feito, inúmeras providências a serem tomadas e que tirar o País da estagnação em que se encontra há 25 anos exigirá a mobilização da sociedade. Por outro lado, as discussões também comprovaram que é possível superar o desafio. Assim, tornamos o “Cresce Brasil” nossa bandeira de luta e a diretoria que assume a entidade neste mês está totalmente comprometida em trabalhar para ver suas propostas debatidas, aprimoradas, se for o caso, e implementadas.

Mais que uma pauta corporativa, a FNE terá uma ação voltada ao País e à sociedade, não?

A pauta corporativa, que é legítima e essencial, não pode, não deve e não será deixada de lado. No entanto, precisamos pensar de forma ampla. A solução dos grandes problemas do engenheiro hoje, como trabalhador, profissional e cidadão estão numa única resposta: “Cresce Brasil”. Se a paralisia da economia atinge a todos os trabalhadores, aos engenheiros ela é especialmente maléfica. A categoria está ligada ao desenvolvimento por excelência, portanto, só tem oportunidade quando há dinamismo, novos projetos. E num país como o nosso, em que ainda há tanto para se fazer, em que grande parte da população vive sem serviços básicos essenciais, como saneamento, energia e telefonia, sem falar em habitação, saúde e educação, é um absurdo que haja um só engenheiro desempregado. Hoje temos, por exemplo, a luta pelo cumprimento da Lei 4.950-A/66, que estabelece o piso da categoria. Por ela, ninguém pode ganhar menos que nove salários mínimos legais por uma jornada de oito horas de trabalho. Temos tido conquistas importantes, mas ainda é desrespeitada em muitos lugares. Num cenário de desenvolvimento econômico e social, certamente os engenheiros serão mais valorizados, inclusive financeiramente.

Muitos esperam para agora as reformas trabalhista e sindical, que não emplacaram nos governos FHC e no primeiro de Lula. Como a FNE atuará em relação a esses temas?

Essas são questões fundamentais e estarão sempre no topo das nossas prioridades. A nossa posição é pela manutenção dos direitos dos trabalhadores conquistados sobretudo na Constituição de 1988. Precisamos é regulamentar os direitos previstos na Carta Magna, e não eliminá-los. Diferentemente do que se tem propagado por aí, isso não favorece o mercado de trabalho, só precariza a situação do empregado. Também lutaremos intransigentemente pela defesa da organização sindical, sobretudo a da categoria dos engenheiros.

Diretoria 2007-2010

Presidente: Murilo Celso de Campos Pinheiro

Vice-presidente: Maria de Fátima Ribeiro Có

Tesoureiro: Carlos Bastos Abraham

Secretário: Antônio Florentino de Souza Filho

Diretor de Planejamento e Relações Internas: Augusto César de Freitas Barros

Diretor de Relações Interinstitucionais: Antônio Noé Carvalho de Farias

Diretor Operacional: Flávio José A. de Oliveira Brízida

Diretores regionais:

Marcílio Vital de Paula (Norte), José Ailton Ferreira Pacheco (Nordeste), Cláudio Henrique Bezerra Azevedo (Centro-Oeste), Clarice Maria de Aquino Soraggi (Sudeste) e José Carlos Ferreira Rauen (Sul)

Conselheiros fiscais efetivos:

Luiz Benedito de Lima Neto, Agenor Aguiar Teixeira Jaguar e Arthur Chinzarian

Conselheiros fiscais suplentes:

Francisco Regis Carneiro de Andrade e Manoel Ferreira da Conceição Neto
Representantes na Confederação José Luiz Lins dos Santos e Sebastião Aguiar da Fonseca Dias

O que acontece nos Estados

CE

Cento e cinqüenta anos de arquitetura metálica no Ceará

No dia 8 de março, foi lançado no auditório Waldir Diogo, da Fiec (Federação das Indústrias do Estado do Ceará), o livro “150 anos de arquitetura metálica no Ceará”, de autoria dos arquitetos Antonio Carvalho Neto, Romeu Duarte Junior e Napoleão Ferreira da Silva Neto. A obra aborda a história da arquitetura metálica no Ceará do século XIX até os dias atuais. Estiveram presentes profissionais da categoria, além de várias autoridades governamentais e representantes de entidades da área tecnológica no Estado. Entre eles, Regis Carneiro, presidente do Senge-CE; Carlos Fujita, vice-presidente da Fiec; Marcelo Cavalcante, do Sindicato da Indústria da Construção Civil; Jesualdo Pereira Farias, diretor do Centro de Tecnologia da Universidade Federal do Ceará; Antonio Salvador da Rocha, presidente do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura local; os secretários Francisco Auto Filho (Cultura) e Otacilio Borges Filho (adjunto de Infra-Estrutura). Na ocasião foi proferida palestra pelo arquiteto Pedrosvaldo Caram Santos, da Usiminas, sobre o “Momento atual da arquitetura e construção metálica no País”.

PA

Fechado acordo com a Celpa

Após vários anos de luta, o Senge-PA e Sindicato dos Urbanitários fecharam acordo com a Celpa (Centrais Elétricas do Pará S.A.) sobre o Programa de Participação nos Lucros e Resultados. A empresa e as entidades já haviam definido durante a data-base da categoria (novembro de 2006) que o valor a ser pago em 2007 seria 50% linear e 50% proporcional ao salário-base do empregado. Além disso, que a primeira parcela, equivalente a R\$ 500,00, seria paga em março deste ano. A segunda deve ser integralizada em março de 2008, correspondendo ao restante do que for apurado caso as metas acordadas sejam alcançadas. De modo geral, se isso ocorrer na totalidade, a parcela média será de R\$ 600,00. Foram também estabelecidas metas de superação, limitadas a 20%, a serem contabilizadas de abril a dezembro de 2007.

Data-base Cosanpa

A pauta para negociações entre a Cosanpa (Companhia de Saneamento do Pará) e o Senge-PA relativas à data-base da categoria (maio) está em elaboração. Já foram realizadas as pesquisas, publicação de edital e a primeira assembléia na sede do Senge. Aumento real – de salário e tíquete-refeição – e pagamento de horas extras são sempre as reivindicações mais constantes.

SC

Parceria para pós-graduação e mestrado

Com o intuito de auxiliar os engenheiros em sua busca por atualização, o Senge-SC fechou parceria com duas instituições de ensino que são referência no Estado. Uma delas é a Faculdade Estácio de Sá, que oferece o curso de pós-graduação em Engenharia de Segurança do Trabalho. Na Sociesc (Sociedade Educacional de Santa Catarina), o convênio visou a criação de um mestrado em Engenharia Civil abrangendo as cidades de Joinville, Florianópolis, Blumenau e Itajaí. Interessados devem acessar o site do sindicato (www.senge-sc.org.br) ou entrar em contato pelo telefone (48) 3222-2965.

PI

Contra a reforma administrativa no Estado

“É revoltante, discriminatório e ilegal o processo de reforma administrativa do Governo do Piauí que tramita na Assembléia Legislativa. Eivado de equívocos jurídicos e técnicos, busca acabar com o saneamento, a política de habitação e o desenvolvimento do Estado”, indigna-se Antônio Florentino de Souza Filho, presidente do Senge-PI. A proposta é de extinção de empresas estatais como a Agespisa (Saneamento), Cohab (Habitação), Comdepi (Desenvolvimento), Prodepi (Processamento de Dados) e Comepi (Editora), substituindo-as por autarquias. Seu patrimônio físico seria incorporado por essas e o pessoal, destinado a uma empresa chamada Engerpi.

Para fazer frente a isso, o sindicato ingressou com representação no Ministério Público do Trabalho. Segundo Florentino, medidas judiciais devem ser tomadas “contra mais essa agressão do Governo aos profissionais que construíram e constroem esse Estado”.

AC

Implantada Lei do Engenheiro em Rio Branco

A criação do Plano de Carreira da Engenharia no município de Rio Branco, sancionado pelo prefeito, Raimundo Angelim, em janeiro deste ano é um marco na história da engenharia acreana. O presidente do Senge-AC, Sebastião Fonseca, enfatiza: “Depois de 40 anos de criação da Lei Federal 4.950, a chamada Lei do Engenheiro, os engenheiros, arquitetos, agrônomos e tecnólogos terão um piso e um teto salarial definidos”, enfatizou.

Com a lei, os profissionais passam a ter uma incidência de 150% de adicional de produtividade e de gratificação de atividade sobre o valor do salário-base. Os primeiros beneficiados com o Plano de Carreira são os engenheiros do Saerb (Sistema de Água e Esgoto de Rio Branco). No pagamento do salário do mês de janeiro, a gratificação de atividade de 100% prevista foi adicionada ao vencimento básico dos seis profissionais da autarquia.

Já para apresentar a proposta do Projeto da Lei do Engenheiro em âmbito estadual, ocorreu assembleia geral da categoria no dia 29 de março, no auditório da Secretaria de Estado da Fazenda, com a presença do presidente da FNE, Murilo Celso de Campos Pinheiro.

MA

Novas turmas de capacitação na área tecnológica

Em conjunto com a FNE, o Senge-MA dá continuidade ao seu projeto de capacitação dos profissionais da área tecnológica, através da abertura de novas turmas de aperfeiçoamento em informática. No total, essas contam com 16 alunos. O sindicato disponibilizou oito vagas para jovens da comunidade de Vila Cerâmica, como forma de inseri-los qualificadamente no mercado de trabalho. Isso reforça o espírito de responsabilidade social assumido por essa diretoria.

Apoio à cultura maranhense

No dia 21 de março, foi realizado no Teatro Arthur Azevedo o show “Roda de Samba”, do “Projeto Quinta-Cultural”, programa de divulgação da cultura maranhense e de responsabilidade social. Criada pelo Basa (Banco da Amazônia S.A.), a iniciativa conta com o apoio do Senge-MA e Clube de Engenharia. “Tal parceria deve-se ao engenheiro agrônomo José de Jesus Nunes, funcionário do Basa associado ao sindicato”, destaca Odinéa Melo Santos Ribeiro, presidente do Senge.

O show contou com a participação do engenheiro mecânico Semião Júlio Alves Lima, também filiado a essa entidade, que abriu o espetáculo e interpretou uma “poesia matuta”.

ENTREVISTA

O que primeiro chama a atenção de quem conversa com o general da reserva Luiz Faro é a simpatia e o bom humor. Aqueles que tiverem a oportunidade de ouvi-lo contar sua trajetória como oficial do exército, engenheiro, professor e homem público ficarão impressionados com a dedicação e competência com que conduz quase 70 anos de atividade. Além do extenso currículo profissional, coleciona dezenas de homenagens e prêmios. Em entrevista ao Engenheiro, ele conta um pouco desses tantos feitos e fala sobre a engenharia de segurança do trabalho, especialização da qual foi pioneiro e em cuja regulamentação teve papel crucial, sendo considerado seu patrono.

Como começou a sua história no Exército?

Em 1939, eu me tornei oficial da Cavalaria. Como eram todos muito gentis, me formei em primeiro lugar na Escola Militar, no Rio de Janeiro. Fiquei lá até ser promovido a primeiro-tenente. Em 1945, já como segundo-tenente, ingressei no IME (Instituto Militar de Engenharia) e me formei engenheiro químico. Pedi para ir para Piquete, perto de Lorena, no Estado de São Paulo, trabalhar na fábrica Presidente Vargas, pertencente ao Exército, que era a maior de explosivos da América do Sul. Tentaram me dissuadir da idéia meu pai e o general que comandava o IME, que me convidou para ser professor. Mas eu achei que a fábrica era o lugar em que eu deveria fazer valer o meu diploma.

A idéia era colocar a mão na massa, como engenheiro.

Sim, eu queria ser engenheiro. Outro colega também quis ir para Piquete e fomos os dois. Numa primeira visita, para ver acomodações etc., fomos recebidos pelo coronel, também engenheiro químico, que era diretor técnico da fábrica. Ele nos perguntou quem era o mais antigo. Respondi que era eu, então ele designou: eu iria para pólvora de base dupla e o meu colega, para nitroglicerina e dinamite. Para mim, aquilo era uma ordem militar, e isso não se contesta, a não ser que se queira ir para a cadeia. À noite, pegamos o trem de volta ao Rio e ele se abriu: “Eu sabia que a bomba iria arrebentar na minha mão.” Foi aí que eu percebi a diferença da designação. A dele tinha risco mil, a minha, risco um. Quando nos apresentamos novamente ao coronel para iniciar o trabalho, eu disse que iria para a nitroglicerina.

Como era trabalhar com nitroglicerina?

A nitroglicerina se dava numa sala, em que trabalhavam quatro pessoas: o engenheiro, o nitrador, o lavador e o mestre. Quando estava tudo pronto para começar a nitração – que era a operação de jogar a nitroglicerina sobre a mistura sulfonítrica –, tocávamos uma buzina e o pessoal ia para os abrigos e só ficavam ali os quatro destinados a morrer. Isso várias vezes por dia, com cargas de 200 quilos de nitroglicerina. Fiquei três anos e meio lá, não aconteceu nada de errado. Cinco meses depois que deixei a função, morreram cinco num acidente de trabalho. Cheguei lá depois da explosão e havia cheiro de carne assada no ar, levantei uma botina, tinha um pé dentro, pedaços de corpos espalhados pelo local e que voaram a três, quatro quilômetros de distância... Foi aí que senti a necessidade da segurança do trabalho.

E quando começou a sua atuação nessa área?

Em 1966, promovido a general, passei à reserva, após 31 anos cumprindo meu dever no Exército. Vim para São Paulo e fui trabalhar no Sindicato da Indústria de Construção de Estradas, assessorando as cerca de 700 empresas filiadas na área de segurança. Em 1972, fui surpreendido quando o então ministro do Trabalho, Júlio Barata, emitiu a Portaria 3.237, criando o curso de medicina do trabalho e engenharia de segurança do trabalho. Embora

pudesse ter a certificação graças à atividade prévia, fiz questão de freqüentar o curso na Faculdade de Saúde Pública da USP (Universidade de São Paulo). Depois fiquei lá cinco anos como professor. Em 1976, fui convidado pelo então secretário estadual do Trabalho, Jorge Maluly Netto, para ser diretor da Divisão de Higiene e Segurança do Trabalho. Implantei o serviço estadual de fiscalização, que contava com 50 médicos, 50 engenheiros e 30 advogados.

Como o senhor se tornou patrono da engenharia de segurança do trabalho?

Por volta de 1980, eu descobri que estava parado na Câmara um projeto que teve origem no Senado, que regulamentava o exercício da especialização em engenharia de segurança do trabalho. Então, pedi ao deputado Maluly Netto que o localizasse. Constatou-se que estava desaparecido e precisou ser refeito. Uma preocupação era que houvesse algum obstáculo no Conselho Nacional de Educação, ligado ao Ministério da área. Então, procurei o responsável pelo parecer e consegui a aprovação. Depois, o Dr. Maluly Netto foi o relator do projeto e eu pude contribuir na elaboração do seu parecer. Em novembro de 1985, ao chegar a Brasília para o Primeiro Congresso de Engenharia de Segurança do Trabalho, soube que o projeto havia sido aprovado e estava na Casa Civil para ser sancionado. Me deu uma luz. Liguei para o deputado Maluly Netto e disse a ele: “Já imaginou o senhor adentrar o congresso dos engenheiros com a lei sancionada?”. Ele se animou e conseguiu marcar uma audiência com o ministro da Casa Civil para as 23h30. Eu fiz a mesma proposta ao ministro, que assegurou que o projeto seria sancionado. E no dia seguinte, o deputado Maluly Netto pôde chegar ao congresso, que reuniu 700 engenheiros e supervisores de segurança, anunciando a sanção da Lei 7.410/85. Ele fez um discurso inflamado e propôs que os engenheiros me sufragassem patrono da engenharia de segurança do trabalho. Nesse momento, fui ovacionado pela plenária que aplaudia de pé.

C&T

Considerado a savana mais rica do mundo em biodiversidade, com ampla fauna e flora, o cerrado brasileiro não escapou da ação do homem. A primeira fase do projeto “Mapeamento de remanescentes de cobertura vegetal natural do cerrado” aponta que 38,8% da área desse bioma foi desmatada. Realizado pela Embrapa Cerrados (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) em conjunto com as universidades federais de Uberlândia e de Goiás, o estudo teve a participação de 14 bolsistas do CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e três pesquisadores seniores da área de geoprocessamento e mapeamento temático do uso da terra. Financiada pelo Ministério do Meio Ambiente e Banco Mundial, custou R\$ 700 mil e dois anos de trabalho. Mapeou 204,7 milhões de hectares através de 114 cenas do satélite Landsat, conforme consta do site da instituição. Revela um dado inusitado: o percentual desmatado é menor do que indicava estudo anterior, feito pela CI (Conservação

Internacional), cuja estimativa era de 55%. O coordenador do trabalho e pesquisador da Embrapa Cerrados, Edson Sano, explica: “O conceito do que cada um chama de remanescente é distinto. Para a Embrapa, toda a área de cerrado em que a cobertura vegetal original foi mantida, mesmo com gado sobre ela, é assim denominada. E são 28 milhões de hectares com pastagem nativa, o que equivale a 13% do cerrado.” Já à CI, conforme ele, qualquer pedaço com algum tipo de atividade humana é considerado antrópico (que sofreu alteração pelas mãos do homem). A precisão no mapeamento também está na raiz da diferença. “Utilizamos um sistema que permite detalhamento quatro vezes maior em relação a estudos anteriores e maior confiabilidade.”

Em sua etapa inaugural, o projeto incluiu a porção contínua do bioma em questão. No Centro-Oeste, de acordo com Sano, abrange quase toda Goiás – em que se localizam os dois municípios com maior uso antrópico, São João da Paraúna e Palminópolis – e boa parte do Tocantins, além dos estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Esse último insere-se entre as áreas com ocupação mais densa do cerrado. Seu início deu-se com a construção da Capital Federal e a decorrente formação de rede viária para acesso a ela, ensina o especialista. Tal ocupação direcionou-se aos grandes centros consumidores, portanto, às regiões Sul e Sudeste.

No Nordeste, o mapeamento incluiu o oeste da Bahia, o sul do Piauí e o do Maranhão. Nessas duas porções, encontra-se o melhor cenário, “até pela dificuldade de acesso”. Na região, conseqüentemente, o índice de preservação chega a 91%. No Sudeste, a análise pegou o centro-norte de Minas Gerais e 30% do Estado de São Paulo – que apresenta o quadro mais crítico. Originalmente, em torno de 33% de sua área era coberta por cerrado, contra 15% hoje, confirma o pesquisador. Em termos regionais, a porção Centro-Sul tem a pior situação quanto ao uso antrópico do bioma. Mapa mostra que na Bacia Hidrográfica do Paraná o percentual de remanescentes é de apenas 33%.

Não foram incluídas áreas de cerrado isoladas, situadas na Amazônia, nos estados do Amapá, Roraima e Pará. Sano justifica: a região compõe outro bioma que não o objeto do estudo, cujas análises ficam a cargo do Inpe/Funcate (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais/Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais).

Detalhamento

O mapeamento feito dá indícios do tipo de interferência que vem sendo dominante no cerrado brasileiro. Por exemplo, em Minas Gerais, prevalece a pastagem; já em solo paulista, a cultura agrícola. Estudar as peculiaridades das áreas “antropizadas” identificadas e das preservadas integra a segunda fase do projeto, prevista para ser concluída ainda em abril. Nas alteradas pela ação do homem, diz o pesquisador, deve ser investigado quanto se refere a pastagens e a cultura agrícola, qual o percentual reflorestado, qual a área urbana. Com relação às remanescentes, a intenção é detalhá-las e comparar com o mapa da vegetação original do cerrado. “Digamos que havia 15% de formação arbórea. O estudo vai mostrar, por exemplo, que tem 10% agora.”

Com essas iniciativas, segundo Sano, a Embrapa visa evitar que outras áreas sejam devastadas, “através do desenvolvimento de tecnologias e alternativas de manejo do solo que permitam o aumento da produção de alimentos sem novos desmatamentos”. Conhecendo a situação do cerrado, um exemplo seria promover a integração da lavoura com a pecuária, pegando parte da pastagem degradada e plantando arroz, que fixa nitrogênio no solo. Assim, o produtor não agrediria ainda mais o ambiente, teria ganho financeiro com a cultura agrícola e recuperaria a fertilização do solo. Depois, poderia reutilizar a área revitalizada para pastagem e adotar a mesma estratégia em outra parte de sua propriedade, num “sistema de rodízio”. A proposta vai ao encontro de programa lançado pelo Ministério do Meio Ambiente, em que se insere a pesquisa da Embrapa Cerrados. Denominado Probio, visa, conforme divulgado no site da instituição, “fomentar projetos voltados à conservação da biodiversidade dos biomas brasileiros”.